

Apresentação

Periodização histórico-cultural do desenvolvimento humano: a teoria como ferramenta de análise e projeto de formação humana

> Juliana Campregher Pasqualini Flávia da Silva Ferreira Asbahr

Com grande alegria apresentamos à comunidade acadêmica o dossiê "Periodização histórico-cultural do desenvolvimento humano", que congrega contribuições de diversos pesquisadores dedicados ao estudo científico e socialmente engajado do processo de formação humana e à elucidação da dialética entre mudança e estabilidade que o caracteriza.

Daniil B. Elkonin já nos indicava, desde seu específico contexto históricosocial, a relevância teórica e prática da elaboração de um sistema conceitual capaz
de elucidar a problemática dos períodos do desenvolvimento na ontogênese:
desvelar as forças motrizes do processo de desenvolvimento – e, em última
instância, a própria natureza desse processo – corresponde a um capítulo
fundamental na edificação de uma nova ciência psicológica de matriz históricocultural, ao mesmo tempo que direciona intervenções na prática social, ensejando
a práxis educativa orientada à promoção do pleno desenvolvimento humano para
todas as nossas crianças.

No conjunto dos textos aqui reunidos o leitor encontrará compiladas as principais contribuições que a investigação do desenvolvimento humano pelo enfoque da periodização histórico-cultural tem nos permitido alcançar e acumular. Mediante esforços de aclaramento de conceitos e de articulação com outros sistemas conceituais do campo histórico-cultural, os trabalhos aqui congregados apontam questões e desafios que necessitam ser enfrentados pela pesquisa e pela prática educativa para que possamos avançar no âmbito dessa empreitada científica.

A estrutura do dossiê está organizada em três grandes partes: a primeira dedicada aos fundamentos teórico-filosóficos da teoria; a segunda voltada a um



esforço de articulação entre o estudo da periodização do desenvolvimento e o processo de formação de funções ou processos psíquicos particulares; e a terceira composta de artigos que debruçam-se sobre específicos períodos ou épocas do desenvolvimento.

Os dois primeiros textos ocupam-se, assim, do enquadramento teórico geral e basilar do estudo da periodização do desenvolvimento. Seth Chaiklin, pesquisador da University College Copenhagen, abre o dossiê com artigo que destaca o caráter materialista-histórico do conceito vigotskiano de *idade*, situando a importância estruturante desse conceito na abordagem histórico-cultural da ontogênese do psiquismo ao mesmo tempo que postula a necessidade de desenvolvê-lo efetivamente como ferramenta conceitual. No curso do ensaio teórico que se intitula, na tradução para língua portuguesa, "Idade como um conceito materialista histórico na teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano", o autor enfatiza que o desenvolvimento não é uma acumulação aleatória de capacidades psicológicas, mas se produz na interação entre as capacidades da criança e as demandas da situação social, de tal forma que cada idade envolve uma mudança qualitativa na estrutura geral da consciência. O papel do conceito de neoformações e o problema do conteúdo psicológico da idade em sua conexão com a prática material histórica são algumas das questões enfrentadas no manuscrito, evidenciando que a criança se desenvolve à medida que, mobilizando suas capacidades atuais, se esforça em agir frente às novas e complexas demandas colocadas pela prática social na situação social de desenvolvimento dada para determinada idade.

Também o segundo artigo coloca em relevo a conexão entre desenvolvimento psíquico e a prática social, material e histórica do conjunto da sociedade. No artigo "Psicologia histórico-cultural e a atividade dominante como mediação que forma e se transforma: contradições e crises na periodização do desenvolvimento psíquico", Angelo Antonio Abrantes e Nadia Mara Eidt Pinheiro defendem que a compreensão da teoria histórico-cultural da periodização do desenvolvimento somente é possível se fundamentada nos princípios do materialismo histórico-dialético, o que situa as relações sociais concretas como determinantes no percurso de formação da pessoa em direção à formação da relação consciente com o mundo.



Os autores se propõem, assim, a evidenciar a objetividade supraindividual da categoria atividade, colocando a problemática do manejo do conceito de atividade dominante no contexto da sociedade em que vivemos, marcada pela desigualdade estrutural e, consequentemente, pela alienação. É também nessa perspectiva que o texto aborda o conceito de crises do desenvolvimento, recuperando a teorização clássica dos soviéticos, mas enfatizando a necessidade de situá-las no contexto concreto dos sistemas sociais de atividade de que a pessoa participa — indicando, assim, a recusa de sua acepção como universais a-históricos. Com isso, os autores conceituam as crises como momentos necessários ao desenvolvimento, provocados pelos desafios socioculturais, mas que não necessariamente possuem sentido emancipador, colocando, em nossa avaliação, uma questão de vultosa importância para pesquisadores e educadores brasileiros que trabalham com essa teoria.

Na sequência dos textos iniciais que se debruçam sobre fundamentos conceituais da periodização, passamos a um conjunto de quatro artigos que busca tecer uma articulação entre o problema da periodização do desenvolvimento e a formação dos processos psíquicos culturais, as chamadas funções psíquicas superiores. Os textos abordam, respectivamente, as emoções e sentimentos, a linguagem, a imaginação e a atenção, todos eles, de modo direto ou indireto, havendo-se com o papel do trabalho pedagógico na promoção do desenvolvimento psíquico.

Afonso Mancuso de Mesquita, Jéssica Bispo Batista e Márcio Magalhães enfrentam uma temática de imensa relevância para a psicologia histórico-cultural, que tem na unidade afetivo-cognitiva do psiquismo um de seus pilares. Com o manuscrito intitulado "O desenvolvimento de emoções e sentimentos e a formação de valores", os autores resgatam e sintetizam as proposições da psicologia histórico-cultural sobre a natureza, gênese e desenvolvimento das emoções e sentimentos, e articulam essa análise ao problema da formação ético-moral, focalizando o percurso de incorporação dos valores e seus impactos na personalidade da criança. Destacam a função reguladora que a dimensão afetiva exerce na atividade da pessoa, demarcando a interposição de signos como fundamento da conversão do processo natural elementar (base orgânica) em processo cultural complexo (ser social). Com isso, a conceituação da emoção é situada na dialética entre corpo e



cultura e se aponta a compreensão dos sentimentos como generalizações emocionais – ou tipos mais estáveis de relação emocional do sujeito com a realidade que se instituem como registros históricos das vivências da vida em sociedade. A partir da exegese histórico-cultural da esfera afetivo-emocional do psiquismo, os autores passam ao exame da problemática da formação dos valores sociais, conceituados como estados emocionais fundidos a juízos intelectuais que expressam o posicionamento social dos sujeitos frente às diversas disputas postas pelas relações sociais. Colocando em diálogo proposições de Vigotski, Leontiev, Elkonin, Bozhovich, Lisina, entre outros, o artigo apresenta uma primeira aproximação ao percurso de formação da esfera afetivo-emocional-volitiva da personalidade, abordando os processos de formação e transformação de emoções, sentimentos e valores sociais no curso da periodização do desenvolvimento psíquico.

Maria Cláudia da Silva Saccomani é autora do artigo "A periodização histórico-cultural e o desenvolvimento da linguagem: contribuições ao trabalho pedagógico na educação infantil", que examina as características da linguagem nos três primeiros períodos do desenvolvimento infantil postulados pela psicologia histórico-cultural – o primeiro ano de vida, a primeira infância e a idade préescolar. O texto tem como propósito contribuir para o planejamento pedagógico na educação infantil tendo em vista o ensino desenvolvente da língua portuguesa, situando a teoria da periodização do desenvolvimento como importante instrumento à prática do professor por elucidar as particularidades do psiquismo infantil e a lógica de seu percurso formativo. A autora do artigo nos conduz desde os primeiros tempos da etapa pré-linguística, que marca o primeiro ano de vida, até a idade pré-escolar, quando espera-se que a criança apresente linguagem contextual e coordenada, com capacidade de construir frases seguindo regras gramaticais, sintáticas e morfológicas da língua. Destaca-se o modo pelo qual as atividades que guiam o desenvolvimento a cada idade vão permitindo a superação da comunicação sem linguagem pela linguagem autônoma infantil, e desta pela linguagem autêntica, abrindo a possibilidade de domínio primário do idioma (e sua estrutura gramatical) e enriquecimento de vocabulário no contexto da atividade objetal conjunta com o adulto. É engendrada, assim, uma relação cada vez mais



voluntária com a própria linguagem na brincadeira protagonizada, convertendo-se a linguagem em meio de planejamento e regulação da conduta. O papel dos processos educativos em geral e do ensino escolar em particular é destacado como mediação decisiva desse percurso de desenvolvimento, evidenciando a necessidade de um ensino que provoque, a cada idade, a necessidade de novos meios linguísticos de comunicação.

"A constituição da atenção voluntária no interior do processo de periodização do desenvolvimento humano", de autoria de Hilusca Alves Leite e Marcelo Ubiali Ferracioli, é o artigo seguinte, que discute a formação da atenção enquanto função psicológica superior no interior da periodização desenvolvimento humano. Procura-se elucidar as relações de interdependência das funções atenção e pensamento, a partir do processo de formação de conceitos. Toma-se como referência a atividade-guia de cada período e as características da atenção correspondentes. O texto inicia pela conceituação da atenção, considerada a base sobre a qual se organizam a direcionabilidade e a seletividade dos processos mentais. Problematiza, a seguir, a correlação entre a periodização do desenvolvimento psíquico e o desenvolvimento da atenção voluntária, mostrando como ao longo do desenvolvimento este função se inverte na relação com o pensamento. Ou seja, em um primeiro momento os processos de pensamento estão subordinados à atenção, pois ocorrem na medida em que o sujeito percebe e atenta para algo. No entanto, na medida em que ocorre o desenvolvimento do pensamento conceitual do sujeito, o pensamento gradualmente figura em primeiro plano e a atenção passa a estar a serviço dele. No segundo momento do texto, foca-se este desenvolvimento interfuncional ao longo da periodização, da atividade de comunicação emocional direta à atividade-guia na adolescência, elucidando o papel do adulto e do desenvolvimento histórico-cultural na constituição da atenção voluntária, processo este que não ocorre de forma espontânea. O texto traz, portanto, contribuições fundamentais para uma compreensão não medicalizante de crianças e adolescentes, especialmente contrária ao diagnóstico crescente de desatenção e hiperatividade/impulsividade.

Este bloco de artigos é finalizado com o texto sobre a formação da imaginação, intitulado "A imaginação e seu processo formativo à luz da psicologia



histórico-cultural", de autoria de Mariana Cristina da Silva e Juliana Campregher Pasqualini. Seu objetivo é demonstrar a relação entre o desenvolvimento da imaginação e a complexificação da atividade dos sujeitos no mundo. O artigo pautase, portanto, na crítica à compreensão de senso comum – que também pauta certas concepções pedagógicas contemporâneas – de que a criança é mais imaginativa que o adulto e de que a capacidade de imaginar é natural e espontânea. A tese do "embotamento natural da imaginação" no curso da periodização desenvolvimento é, assim, refutada, com base na análise científica de orientação histórico-cultural. Inicia-se a discussão pela elucidação do processo formativo da imaginação, de suas determinações e traços essenciais, a partir da análise de autores clássicos da psicologia histórico-cultural. Aborda-se, especificidade da imaginação frente às outras funções psicológicas superiores, apresentando suas expressões ativas e passivas e técnicas imaginativas, evidenciando seu processo de desenvolvimento ao longo da periodização. Nesse percurso, destaca-se a conquista do realismo nos processos imaginativos, assentado na interconexão entre imaginação e pensamento abstrato e lógico-discursivo. As autoras finalizam a discussão apresentando suas implicações pedagógicas: é preciso que o trabalho educativo, desde a Educação Infantil, desenvolva a imaginação em suas máximas possibilidades, potencializando as relações entre experiência prévia, conhecimento objetivo da realidade e formação de "imagens imaginativas".

O terceiro bloco de textos foi organizado de forma a trazer contribuições específicas à compreensão de alguns períodos ou épocas do desenvolvimento. Compõe-se de cinco artigos que abordam o desenvolvimento na primeira infância; a transição entre primeira infância e idade pré-escolar; a idade pré-escolar; uma análise sobre a atividade de estudo e sobre a adolescência e juventude.

O texto de Lucinéia Maria Lazaretti e Giselle Modé Magalhães, "A primeira infância vai à escola: em defesa do ensino desenvolvente para todas as crianças", traz ao debate a educação na primeira infância e defende a positividade do ensino escolar desde os anos iniciais de vida da criança. O texto inicia explicitando as características do processo de desenvolvimento na primeira infância. Organiza-se



a partir de três questões centrais: "a) Como conquistamos o direito da criança à educação e a luta histórica pela educação infantil? b) Como se dá a formação da consciência da criança nos primeiros anos de vida? c) Quais as condições necessárias para o bom ensino na educação da primeira infância?". A compreensão teórica sobre o desenvolvimento global da criança, atrelada às condições educacionais adequadas, permite o desenvolvimento da linguagem, entendida como eixo central à compreensão do mundo pelas crianças. Segundo as autoras, os conteúdos escolares na educação infantil cumprem uma dupla função: aproximam e ampliam a compreensão de mundo e, ao mesmo tempo, formam funções psíquicas, tais como sensações, percepção, linguagem, pensamento. O texto finaliza com a contundente defesa do ensino para as crianças desde seu nascimento, e sua contribuição ganha especial relevo em tempos de recrudescimento de ideais naturalizantes de família e infância em que se debate e ganha espaço, no país, a perniciosa ideologia do ensino domiciliar (homeschooling).

Também lançando luz sobre o desenvolvimento infantil na primeira infância, Célia Regina da Silva, no artigo "O desenvolvimento humano na perspectiva histórico-cultural: relações entre a organização das condições de ensino e a produção da queixa escolar na educação infantil", problematiza algumas determinações que constituem o processo de produção das queixas escolares na educação infantil. Parte da análise de três situações ocorridas em uma escola pública de educação infantil reveladoras da predominância de concepções espontaneístas de desenvolvimento da criança. Tais concepções produzem condições de ensino pouco promotoras de desenvolvimento e a autora analisa a relação entre as necessidades presentes no desenvolvimento infantil, segundo a concepção teórica em foco neste dossiê, e a organização do ensino na educação infantil. A ausência de planejamento pedagógico atrelado à pouca compreensão sobre o desenvolvimento psíquico da criança constitui o processo de produção da queixa escolar desde a educação infantil. Uma das questões centrais debatidas no artigo é a transição entre a primeira infância e a idade pré-escolar, com foco para o exame da crise dos três anos. O texto finaliza discutindo sobre o processo de produção da queixa escolar na educação infantil e o papel da organização do ensino na superação desta problemática.



O artigo de Marilyn Fleer, pesquisadora da Monash University, Austrália, explora possibilidades didáticas pautadas pelas brincadeiras imaginativas infantis no período pré-escolar. O texto intitula-se, na tradução para o português, "Universos lúdico-conceituais como uma intervenção pedagógica: dando suporte à aprendizagem e ao desenvolvimento da criança pré-escolar em contextos lúdicos". O artigo é fruto de um trabalho extensivo de pesquisa sobre as relações entre brincadeira e aprendizagem em contextos pré-escolares na Austrália, que envolveu o acompanhamento de duas professoras ao longo de dois anos, examinando o problema de como introduzir às crianças conceitos científicos preservando a dimensão lúdica da experiência escolar. O manuscrito focaliza especificamente um projeto curricular desenvolvido a partir de uma obra de literatura infantil, e registra as percepções das professoras sobre os aspectos que podem favorecer a aprendizagem conceitual em contexto lúdico. O debate central vincula-se à estratégia pedagógica denominada "universos lúdicos-conceituais", apoiada na conceituação vigotskiana sobre a brincadeira infantil, que propõe a criação de uma situação imaginária na qual as crianças dramatizam as ações dos personagens da história, utilizando signos diversos para demarcações espaço-temporais e narrativas. Vale ressaltar que a ênfase, na análise, está centrada nas situações imaginativas em geral, tendo pouco destaque o exame do conteúdo social da imaginação - diferentemente do que tem sido indicado por pesquisadores brasileiros, apoiados especialmente na teorização de Elkonin, em que protagonização de relações sociais é identificada como força motriz do desenvolvimento psíquico pré-escolar. Destacamos a importância da experiência relatada como contraponto a visões bastante arraigadas no âmbito da educação infantil que pressupõem aprendizagem sem professor, evidenciando que é possível que se incorpore o lúdico sem abrir mão do ensino e do conteúdo científico.

O artigo "Notas sobre as relações entre escola, família e sociedade na formação da atividade de estudo", de Cárita Portilho de Lima e Marie Claire Sekkel, trata-se de ensaio teórico cujo objetivo é defender que a compreensão sobre a atividade de estudo requer a análise das determinações da relação escola-família-sociedade a partir de sua inserção em determinadas conjunturas político-social-cultural. E, neste sentido, o texto tece diversas análises sobre a Educação Escolar



Pública brasileira no cenário pós golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 e eleições presidenciais de 2018. Começa discutindo, a partir dos autores soviéticas, como se constitui a atividade de estudo como atividade dominante na idade escolar. Depois, tomando como material de análise diferentes projetos de lei brasileiros atuais sobre a educação escolar, problematiza como o debate público sobre as relações entre escola-família-sociedade produz perspectivas idealizadas e naturalizadas de família, que reforçam os conflitos entre profissionais e familiares. Finaliza com diversos questionamentos sobre o tema do artigo e sobre nossas circunstâncias políticas e sociais, sustentando que "as crises sociais da atual conjuntura também guardam um potencial de superação dos problemas que as produziram".

O último texto desse dossiê, "Adolescência e juventude: contribuições e desafios de escritos soviéticos para a análise da realidade brasileira", de autoria de Angelina Pandita Pereira, tem como tema a adolescência e a juventude na realidade brasileira a partir da periodização histórico-cultural. Toma como ponto de partida a crítica à naturalização da adolescência e apresenta as compreensões deste período para os autores da escola de Vigotski. De acordo com a autora, as concepções hegemônicas sobre a adolescência chegam a inclusive patologizar este período, naturalizando os conflitos, rebeldias e oscilações de humor. A teoria histórico-cultural faz uma crítica radical a tais concepções e propõe a localização histórica do surgimento da adolescência enquanto etapa distinta no desenvolvimento humano. Em um segundo momento, o manuscrito problematiza como se constitui a adolescência em nosso país, destacando as desigualdades de classe, raça e gênero que permeiam seu processo de desenvolvimento. Se adolescência e juventude são situações sociais de desenvolvimento que dependem do que pode ser internalizado pelo sujeito nos períodos anteriores, nas condições desiguais de vida brasileiras, é necessário o reconhecimento dos efeitos desta desigualdade no desenvolvimento psíquico. A autora conclui que a periodização proposta pelos soviéticos é uma ferramenta fundamental à compreensão do desenvolvimento ontogenético nos períodos da vida e que essa periodização precisa ser atualizada considerando-se o contexto social no qual se realiza.



No percurso dos artigos deste dossiê, algumas questões centrais podem ser depreendidas. Em nossa análise, os textos, de forma geral, apontam a necessidade de avançarmos em direção a uma compreensão concreta do desenvolvimento humano a partir do ferramental da periodização histórico-cultural advinda da escola vigotskiana. A periodização a partir de atividades dominantes traz materialidade ao caráter histórico do desenvolvimento humano demarcado por Vigotski, de tal forma que meramente tomar com referência quais sejam os períodos ou atividades-guia de cada idade para nelas "encaixar" a criança ou adolescente singular mostra-se um equívoco de compreensão da proposta teórica. É necessário compreender o caráter material e concreto do desenvolvimento psíquico, trazendo como mediações as condições particulares da vida dos sujeitos. Ou seja, ao pensarmos na teoria da periodização soviética como instrumento para a compreensão do desenvolvimento psíquico em nossa realidade será necessário realizar a ascensão do abstrato-geral ao concreto-particular, avaliando a própria capacidade explicativa dos conceitos, como requer a atitude científica diante do conhecimento. Em síntese, devemos compreender os conceitos teóricos em tela como instrumentos para orientar o movimento de análise de situações concretas de desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes, que abrem – e não encerram – o debate, a reflexão, a investigação.

Considerar a dialética entre o singular, o particular e o universal é, assim, essencial se queremos apontar as possibilidades de transformação existentes no próprio processo de desenvolvimento humano. Há, aqui, uma dimensão éticopolítica do fazer científico, que consiste em conhecer a realidade humana para transformá-la. Conhecer, na concepção teórica adotada, significa sair do nível da aparência, da obviedade do imediatamente dado, e buscar a compreensão do processo ontológico de constituição do humano, não apenas em sua relação com a sociedade, mas também em sua relação com gênero humano, em cada objeto investigado. Tal enfoque sobre o desenvolvimento humano evidencia o papel dos processos educativos em geral, e particularmente do ensino escolar, no engendramento de condições que possibilitem ao psiquismo singular a conquista da relação consciente com a realidade social, que se torna possível mediante a reconstituição da atividade humana histórica na atividade do indivíduo singular.



Isso também nos permite compreender que a teoria não se limita a descrever ou retratar a realidade existente, mas aponta possibilidades de desenvolvimento humano omnilateral que podem ser alcanças a cada nova idade. Trata-se de reconhecer a teoria da periodização histórico-cultural do desenvolvimento em sua dimensão de *projeto de formação humana*.

Os textos do presente dossiê nos lançam interrogações acerca das possibilidades concretas de plena formação das atividades-guia em contextos precarizados de educação escolar desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, considerando a tensão entre alienação e humanização que marca a vida social e que se presentifica e se reproduz na escola. A teoria que esposamos deve servir, justamente, para analisar e identificar as circunstâncias em embotam e obstaculizam o desenvolvimento humano-genérico de nossas crianças e adolescentes, e orientar o modo e o conteúdo das intervenções que devemos provocar na realidade concreta tendo em vista transformá-la em direção humanizadora.